

DEMOCRACIA RACIAL

– A partir de Gilberto Freyre*

Inácio Strieder**

Introdução

As democracias ibero-americanas nasceram sob o signo da modernidade. E as democracias modernas fundamentam sua legitimidade na comunidade dos cidadãos, não permitindo que, na esfera pública, se distingam diferentes categorias de pessoas. O princípio da igualdade jurídica dos cidadãos, como ideal moral da nação democrática, proíbe, por isto, as práticas racistas no espaço abstrato da política. O ideal democrático gera, assim, a esperança de que o racismo também seja excluído da sociedade como assembléia.

No Brasil, neste ano de 2000, celebram-se os 100 anos de nascimento do sociólogo, antropólogo, filósofo social e escritor Gilberto Freyre. Freyre faleceu em 1987, em Recife/Brasil. Entre os seus mais de 60 livros destacam-se, entre outros: *"Casa Grande & Senzala"*(1933), *"Sobrados e Mucambos"*(1936), *"Nordeste"*(1937), *"O mundo que o português criou"*(1940), *"New World in the tropics"*(1959), *"Ordem e Progresso"*(1959). A contribuição mais original de Gilberto Freyre para a sociologia, a antropologia e a filosofia social foi a sua pesquisa sobre a formação do povo brasileiro durante a época colonial. O

* Comunicação apresentada no "VII Simpósio de la Revista Internacional de Filosofia Política", em Cartagena de Índias/Colômbia, no período de 20 a 22 de novembro de 2000.

** Inácio Reinaldo Strieder é professor na Graduação e Pós-graduação em Filosofia da UFPE/Recife. Membro do GT "Ética e Cidadania".

Brasil de hoje é o resultado de 500 anos de miscigenação. Freyre mostra que o Brasil, desde o início de sua colonização, foi um verdadeiro caldeirão de mistura racial. Miscigenaram-se brancos e negros, brancos e índios, negros e índios. E esta miscigenação toda gerou uma "metaraça" no Brasil. O homem desta "metaraça" já não é mais nem europeu, nem africano, nem índio. É um homem novo, o homem dos trópicos, situado na América. Um homem para além de qualquer genesia racial. Os estudos deste homem permitiram, inclusive, a Freyre a criação de uma nova ciência sociológica: a Tropicologia. No meu entender, as intuições de Gilberto Freyre poderiam ser aproveitadas, sem grande dificuldade, no estudo da formação dos povos de todos os países ibero-americanos. Pois consta que colonizadores espanhóis do Peru achavam que Deus lhes haveria de perdoar os pecados sexuais por causa da necessidade de produzir mestiços. Também nas colônias espanholas a mestiçagem, principalmente com os indígenas, foi bastante intensa. Isto não necessita de comprovação científica. Basta olhar para o rosto do povo ibero-americano.

Voltemos, novamente, para as análises de Gilberto Freyre sobre a formação do povo brasileiro. Para Freyre, a "metaraça" brasileira surgiu do cruzamento do colonizador com a mulher índia e com a escrava africana. Isto, no entanto, nem sempre ocorrera de forma pacífica e respeitosa. Não poucas vezes o colonizador demonstrara sado-masiquismo na exploração e opressão das fêmeas índias e africanas. Freyre fala de uma verdadeira "entoxicação sexual" no Brasil colônia, em que muitos portugueses "se atolaram no pecado da carne", inclusive sifilizando as populações indígenas e africanas.

Por bem, ou por mal, os povos da Ibero-américa de hoje são frutos desta ampla miscigenação, iniciada nos primórdios da colonização de nosso Continente. E, em face

aos traços raciais múltiplos presentes nos rostos das populações ibero-americanas, seria ridículo entre nós surgirem movimentos ideológicos que visassem a depuração racial, com fins de buscarem a constituição de uma raça pura. Nem mesmo teorias que pregam um branqueamento progressivo da humanidade podem ser sustentadas em nosso meio.

Sem dúvida, a miscigenação histórica, e a posterior imigração de múltiplas etnias na Íbero-américa, construíram a base para uma sólida e perene "democracia racial" em nosso Continente. Na verdade, contudo, hoje falta ainda muito para que esta "democracia racial" seja assumida na convivência efetiva dos cidadãos brasileiros e ibero-americanos, em geral. Na maioria dos países da Íbero-américa ainda existem exclusões e discriminações vergonhosas em relação a contingentes populacionais com características predominantemente indígenas e negras. Muitas destas populações se encontram em lamentável situação de miséria. Permitir a continuidade de situações de miséria de contingentes populacionais questiona a legitimidade de qualquer democracia, no sentido moderno. Ainda mais quando tais democracias também deveriam ser "democracias raciais". Perguntamos, por isto, como superar em nossos países a falta de "democracia racial"?

1. Contexto da realidade brasileira

Até a publicação de "*Casa Grande & Senzala*" por Gilberto Freyre, em 1933, predominava no Brasil a tese de que o atraso brasileiro se devia ao mal da mestiçagem. Acreditava-se, inclusive, num branqueamento progressivo da população. Neste sentido, o projeto de imigração para o Brasil, desde a independência do país, em 1822, visava trazer apenas populações brancas. As elites políticas brasileiras acreditavam numa diferença racial essencial. Por

isto, uma imigração de negros norte-americanos para o Brasil foi rejeitada. Talvez a raiz da falta de sensibilidade de grande parte das elites brasileiras para com as berrantes e escandalosas desigualdades sociais existentes no país esteja aqui. Ainda hoje candidatos a cargos políticos, provenientes das elites, afirmam que seus adversários, oriundos de classes trabalhadoras, ou com características raciais não-brancas, não estão qualificados para assumirem cargos majoritários na sociedade. Não os qualificam apenas como desiguais, mas como diferentes. Pois as desigualdades se poderiam superar, mas as diferenças não. Nesta linha ideológica de qualificação dos cidadãos, os negros, os índios, os mestiços e os mulatos são considerados "contingentes raciais" inferiores aos brancos. E, por isto, fatores de atraso nacional. Este modo de pensar fez com que até hoje as elites políticas brasileiras nunca tivessem feito um projeto sério e eficiente de inclusão das populações negras, indígenas e mestiças no desenvolvimento nacional.

Gilberto Freyre tentou romper esta ideologia racial discriminatória, mostrando a vantagem de ser mestiço. Segundo Freyre, o futuro do Brasil, e sua melhor contribuição para a convivência entre os povos, seria justamente a sua multiracialidade, a morenidade do povo brasileiro, testemunho da relação fraternal entre as raças. Para Freyre, o Brasil, por causa de sua múltipla miscigenação racial, é modelo para a humanidade futura, que tende para uma metarça universal. Na medida em que esta metarça se afirmar, as democracias superarão, de fato, as diferenças étnicas, e procurarão diminuir as desigualdades sociais e culturais da população.

No espírito das considerações acima, repara-se que Gilberto Freyre assume uma posição otimista em relação à mistura de raças. Nunca calcula a porcentagem de sangue com que as diversas raças deveriam contribuir para

que o mestiço fosse dotado com qualidades positivas, a exemplo das considerações do Conde De Gobineau no século XIX, na França, ou de Ingenieros, na Argentina. Freyre se empenha, em sua obra, para mudar a mentalidade racial preconceituosa no Brasil. Segundo ele, a maioria da população brasileira de hoje tem contingentes de sangue português, indígena e africano. E isto é motivo de orgulho, pois nisto consistiria, justamente, a grandeza da "brasilidade".

Segundo Freyre, a história colonial do Brasil é toda ela também uma história de miscigenação. Desde o início da colonização do Brasil, os portugueses, não tendo mulheres de sua própria raça com quem se relacionar sexualmente, passaram a fazê-lo com as índias da terra recém-descoberta, e depois com as mulheres negras. O próprio português já não era puro de raça. Desde tempos históricos antigos a península ibérica fora lugar de contato e de passagem para muitos povos. Celtas, fenícios, gregos, romanos, bárbaros, mouros e judeus por ali transitaram. A longa ocupação moura, segundo Freyre, deixou marcas profundas na etnia e na mentalidade dos povos ibéricos. Devido a esta influência muçulmana o cristianismo português também tinha características próprias. A prática católica do povo português pouca importância dava à ortodoxia dogmática. A sua religiosidade compunha-se muito mais de credices, com raízes pagãs de diversas origens culturais. Dos mouros haviam aprendido um certo misticismo que desconsiderava os componentes étnicos e raciais da religião. Por isto, segundo Freyre, as missões portuguesas, e também as espanholas, não foram étnicas, mas cristocêntricas. Não importava que os missionários, aqui atuantes, fossem italianos, franceses, alemães ou austríacos. Contanto que pregassem o catolicismo da coroa portuguesa. Os adventícios, que queriam entrar no Brasil, não eram examinados em relação à sua origem étnica, mas

em relação à sua fé. Segundo Freyre, a primeira confraternização entre europeus e ameríndios foi a sexual, à qual se seguiu a confraternização pela fé. Esta confraternização se ampliou em muito, especialmente no Brasil, quando se começou a trazer escravos da África. Desta forma, na visão de Freyre, aconteceu uma verdadeira "entoxicação sexual" na colônia, e muitos portugueses se "atolaram na carne". Mas nem sempre esta relação entre colonizador, indígenas e negros respeitava a fraternidade. Muitos senhores deixaram sinais de práticas sado-masoquistas nas relações com os seus escravos e escravas. A miscigenação, portanto, não foi apenas resultado de uma prazerosa confraternização de raças, mas consequência de uma terrível opressão do homem pelo homem. Contudo, deve-se considerar que o fato de o português tão facilmente se cruzar com a índia e a negra revela que, na mentalidade portuguesa, estas raças não eram totalmente diferentes da sua própria. O que distinguia o colonizador do índio e do negro era a sua condição social. Portanto, desigualdades, em princípio, superáveis. Num sentido filosófico, as diferenças eram acidentais e não essenciais. Nesta compreensão já estavam como latentes as potencialidades duma democracia racial. Mas será que, nestes tempos coloniais, realmente se iniciou a gestação da alegada democracia racial? Será que em algum canto do Brasil, ou da Íbero-américa, se implantou uma tal democracia? Vejamos.

2. A situação de fato

Uma pesquisa recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre as desigualdades raciais no Brasil, mostra que o índice de mortalidade de crianças negras é bem superior ao da população branca. Nesta pesquisa, que será apresentada na terceira conferência

mundial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre racismo, em agosto de 2001, fica claro que no Brasil persistem disparidades raciais chocantes nas condições de vida, na distribuição de renda, no grau de escolaridade, etc. Na região metropolitana de São Paulo a taxa de desemprego entre homens negros é de 20,9%, enquanto entre os brancos é de 13,8%. O valor do salário médio dos negros é R\$ 2,94 (cerca de US\$ 1,50) e dos brancos, R\$ 5,5 (cerca de US\$ 2,70), nas cidades capitais dos estados brasileiros. A maior parte dos trabalhadores negros ganha até dois salários mínimos (cerca de US\$ 150,00).

A pesquisa também mostra que os esforços do governo brasileiro para acabar com as desigualdades sociais entre negros e brancos têm sido insuficientes. Segundo outra pesquisa nacional de 1996, a taxa de mortalidade de crianças negras no Brasil é de 62,3 por mil nascidas vivas, contra 37,3 por mil no caso das brancas.

Quanto ao acesso à educação, a pesquisa mostra uma baixa escolaridade dos descendentes de africanos no Brasil. Enquanto a média de estudo é de 5,3 anos da população brasileira, em geral, a dos negros e pardos é de 4,2, e a dos brancos 6,2 anos. A desigualdade é ainda maior no ensino superior. O número de brancos que concluem o ensino médio ou superior no Brasil é quatro vezes maior do que o de negros.

A pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística conclui que a situação do negro no Brasil, quanto ao plano mundial de desenvolvimento humano, se situa em 108º lugar. Desta forma, a situação do negro no Brasil, quanto à expectativa de vida, renda per capita, escolaridade, se encontra em piores condições do que os negros na África do Sul, que está em 103º lugar, conforme o índice de desenvolvimento humano, elaborado pela ONU.

Diante deste quadro brasileiro, que certamente

ainda seria pior se pesquisássemos a situação dos descendentes de indígenas, podemos ainda falar em democracia racial?

3. Considerações históricas e ideológicas

A diversidade populacional do Brasil decorre de sua longa história de escravidão, e das imigrações providas de todo o mundo. Muitos dos habitantes do Brasil esquecem aspectos de sua própria identidade, misturando as suas origens com experiências vividas na nova pátria. Contudo, os aspectos raciais são um elemento importante na busca da identidade do brasileiro. Assim, temos no Brasil os descendentes de africanos, os brancos e os não-brancos. Esta classificação racial evoca uma série de questões relativas à compreensão do que se entende por "raça" no Brasil.

A maioria das pesquisas raciais no Brasil são feitas entre descendentes de africanos. Tais pesquisas se justificam pela quantidade de afro-brasileiros, mas também refletem aspectos ideológicos. No censo de 1991, 47% da população brasileira se identificou como negra ou mulata; em 1890, eram 56% os que assim se identificavam. Também existem muitas pesquisas sobre a miséria e a pobreza das populações afro-brasileiras. Naturalmente, a situação de penúria destas populações ainda é consequência direta do período de escravidão. De fato, o governo brasileiro nunca se empenhou séria e eficazmente para incluir os descendentes de escravos num projeto de cidadania efetiva, com participação no desenvolvimento nacional.

Mas, como entender a problemática racial no Brasil? Antes da abolição da escravatura, em 1888, os não-brancos eram todos identificados como pretos da África, e sua etnia definida a partir de seu lugar de nascimento. Os negros, provindos da África, eram qualificados de acordo

com seu lugar de origem. Uns valiam mais do que os outros, por causa de supostas habilidades raciais diferentes. Já os descendentes dos escravos vindos da África, nascidos no Brasil, eram qualificados diferentemente de seus pais. Depois da abolição da escravidão as diferenças na qualificação dos libertos, por causa de seu lugar de origem na África, foram ignoradas pela legislação.

Desde a independência do Brasil, em 1822, iniciou-se um processo de imigração para o Brasil. O objetivo destas imigrações tanto era povoar vastas regiões desabitadas, como aos poucos substituir o trabalho escravo. Nesta política de imigração, que durou, mais ou menos até a 2ª Guerra Mundial, o fator racial foi muito importante. Inicialmente foram trazidos ao sul de Brasil imigrantes vindos dos países de língua alemã e italianos. Na medida em que as leis abolicionistas foram sendo incrementadas, por volta de 1870, o Brasil se tornou mais atrativo para a imigração de outros povos. Após a depressão de 1930 este atrativo diminuiu, inclusive por causa de uma nova legislação imigratória. Mas, mesmo depois desta data, o Brasil continuou a receber muitos imigrantes. Calcula-se que, entre 1881 e 1942, entraram no Brasil 4,2 milhões de imigrantes. Com isto a população brasileira deve ter crescido cerca de 15%. Neste período a maioria dos imigrantes veio da Itália, da Espanha e de Portugal. Efetivamente, estes imigrantes não provocaram problemas raciais, e foram sendo assimilados como brasileiros e brancos. No entanto, grupos menores de imigrantes representaram problema maior para a identificação racial. Pois a classificação racial no Brasil costumava-se fazer apenas com os conceitos de "brancos" e de "não-brancos". Entre os "não-brancos" estavam os negros, os mulatos, os pardos... e, inclusive, os indígenas. E muitas vezes não se fazia distinção entre os conceitos de "raça" e de "etnia". Ao

menos, pelos fins do século XIX, a concepção racial brasileira parece ter raízes neo-lamarckianas. Esta concepção racial encontrou dificuldades em caracterizar racialmente imigrantes asiáticos. Principalmente quando se tratou de aceitar imigrantes japoneses, que não eram brancos, nem não-brancos conforme a classificação convencional. Mas, sobre isto falarei mais adiante. Pois, em seguida, quero me deter um pouco mais sobre o tema específico de minha comunicação: a democracia racial, a partir dos estudos de Gilberto Freyre.

4. A raça e os afro-brasileiros

O problema racial brasileiro, referente aos afro-brasileiros, pode ser visto a partir de dois aspectos. O primeiro refere-se à idéia, bastante espalhada, de que o Brasil é um "paraíso racial", ou, em expressões mais recentes, uma "democracia racial". O segundo aspecto considera que o Brasil é uma sociedade "pluri-racial", em contraste com a sociedade "bi-racial" dos Estados Unidos.

Embora Gilberto Freyre não use o conceito da "democracia racial" em seus escritos, contudo foi ele que provocou a discussão acadêmica sobre este tema, com seu livro *"Casa Grande & Senzala"* (1933). Interessante é que os políticos e os latifundiários, já na metade do século XIX, proclamavam o Brasil como um "paraíso racial". Mesmo assim, preocuparam-se em trazer ao Brasil exclusivamente trabalhadores europeus de raça branca. Mas a imagem do "paraíso racial", onde povos, com diferentes características raciais, vivem em harmonia, é um conceito importante para interpretar a realidade social do Brasil. Na compreensão dos proprietários de terras, os imigrantes europeus contribuiriam na expansão da produção agrícola, na modernização da força de trabalho e no "embrancamento" da população. Com

base em tais idéias, foi montado o projeto de imigração do governo brasileiro, e começou-se a recrutar europeus para emigrarem ao Brasil. O projeto imigratório brasileiro fundamentava-se, portanto, num conceito ideológico racista. O Brasil abriu-se apenas para a imigração branca. Entretanto ocorreu um fenômeno interessante: alguns negros americanos queriam emigrar para o "paraíso racial" brasileiro. E o governo brasileiro teve que intervir diplomaticamente para inibir estes desejos, já que o plano imigratório do Brasil desejava "branquejar" a população. A alegação para não receber imigrantes negros era que, assim, se queria evitar a entrada de ideologias ativistas do pan-africanismo.

Gilberto Freyre, com seus estudos sobre o período colonial, intensificou a imagem do "paraíso racial" brasileiro. Segundo ele, a miscigenação foi o resultado de um relacionamento benigno e voluntário entre o português, a índia e a mulher africana. Para Freyre, a era colonial está conectada ao século XX pela estrutura patriarcal oligárquica da família brasileira, pelas leis que protegiam aos escravos, pelas categorias raciais adscriptivas, mais do que as puramente hereditárias, e pela ausência de leis discriminatórias contra os afro-brasileiros depois da abolição da escravidão. Esta interpretação positiva das relações inter-raciais, assumida por Freyre, está influenciada por sua origem patriarcal e por seus estudos nos Estados Unidos. Freyre estudou antropologia na *Columbia University*, e teve como principal orientador Franz Boas. Segundo Freyre, as boas relações entre senhores e escravos no Brasil colonial fez com que surgisse no Brasil do século XX a atual harmonia racial, contrariamente ao que ocorre nos Estados Unidos, onde acontecem constantes conflitos raciais. As relações sociais idílicas entre senhores e escravos levou Freyre a desenvolver o conceito de "metaraça".

Outros antropólogos, sociólogos e filósofos

sociais no Brasil nem sempre estão de acordo com a interpretação freyreana do relacionamento predominantemente benigno e harmonioso que teria caracterizado o período da escravidão negra no Brasil, e que teria resultado no "paraíso racial" brasileiro. Interpretações menos complacentes do que as de Freyre, decorrentes da filosofia positivista, admitem uma hierarquização racial, em que aparecem raças dominantes e raças dominadas. Inclusive, tomando como referência a cor da pele.

Nesta discussão racial no Brasil há bastantes divergências. Mas nestes debates aparece um ponto em comum, pelo qual a dinâmica do desenvolvimento racial se orienta para um "enbranquecimento" populacional. Este desejado enbranquecimento da população brasileira estaria fundamentado na superioridade genética da raça branca, e no incentivo à imigração branca.

Na segunda metade do século XX as idéias sobre o "paraíso racial" e a "democracia racial" foram questionadas pelo mundo acadêmico brasileiro. Alguns professores de sociologia e de história da USP (Universidade de São Paulo) questionaram a "benignidade" com que teriam sido tratados os escravos no Brasil. Segundo estes intelectuais, o problema da escravidão deveria ser analisado não tanto a partir do conceito de "raça", mas muito mais a partir do sistema iníquo de produção, e das discriminações a que foram submetidos os descendentes dos negros. A ênfase foi colocada mais nas estruturas de opressão, e na concorrência desleal com os brancos, a quem ficaram submetidos os descendentes de escravos, mesmo após a abolição da escravidão.

Recentemente, o enfoque racial no Brasil novamente mudou. Hoje se debate abertamente a questão racial no Brasil, principalmente no ambiente afro-brasileiro. Isto independentemente da condição social dos envolvidos. E as pesquisas empíricas tentam refutar a idéia de que no Brasil

exista uma democracia racial. De fato, a maioria da população negra se encontra em grande penúria econômica no país.

A segunda opinião, muito espalhada, é de que a população brasileira é uma população "multirracial", em contraste com o bi-racialismo dos Estados Unidos. Por isto o problema racial brasileiro não poderia ser analisado simplesmente pela dicotomia conceitual de "branco/negro". O "multirracialismo" cria um contínuo de categorias raciais infinitamente divisível. Em 1980 o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística identificou 136 termos usados no Brasil para caracterizar categorias raciais, ou de cor. Mas este "multirracismo" tem uma forte conotação ideológica, pois permite sustentar o ideal do branquejamento da população brasileira. E, conseqüentemente, acreditar na superioridade da raça branca. Sem se sacrificar o conceito do "multirracismo", começou a se afirmar que a sociedade brasileira se compõe de uma única raça, oriunda da miscigenação entre portugueses, indígenas e africanos. Intelectuais e políticos, que buscavam fortificar a identidade nacional, sempre incentivaram a idéia de uma raça brasileira única. Pois, no confronto da raça branca e negra, a idéia da raça única sempre favoreceu a superioridade da raça branca. Por isto, procurou-se caracterizar o Brasil como um país de raça branca. E aqui cabe perguntar, o que significaria, numa sociedade multirracial, uma "democracia racial"? A idéia do multirracismo foi aceita, no Brasil, principalmente pelos intelectuais e as elites políticas. A ideologia do multirracismo inibe, em grande parte, o surgimento de associações ativistas que defendam o pan-africanismo. De tempos em tempos surgem no Brasil movimentos ativistas negros. Mas, geralmente, sem grande sucesso. Contudo, quando expressam a sua filosofia e as suas estratégias, sempre acentuam a desvantagem dos descendentes negros numa sociedade racialmente dicotomizada. A "Frente

Brasileira Negra de São Paulo", por exemplo, foi ativa somente na década de 1930. Quando o Brasil, por 1920, proibiu a imigração de negros norte-americanos alegou que queria evitar a imigração de elementos políticos pan-africanistas. Com certeza, a ideologia da "raça única", da "metaraça" de Gilberto Freyre, do "paraíso racial" e da "democracia racial" inibiram movimentos de luta pela igualdade racial no Brasil. E o mito da superioridade racial branca sustenta a mentalidade do racismo científico de que brancos e não-brancos são diferentes, e não apenas desiguais. A desigualdade é possível superar, a diferença, não. Desta forma, as elites brasileiras continuam acreditando que o atraso do Brasil se deve ao contingente muito alto da presença negra no país.

Alguns teóricos alegam que a dicotomia racial no Brasil se deve mais a uma situação de pobreza e miséria da maioria da população negra do que simplesmente à cor de sua pele. A hierarquização social, em geral, é feita a partir de suas posses econômicas. Dali se usa, muitas vezes, a dicotomia ricos/pobres, elite/povo na hierarquização social da população brasileira. Mas como a maioria dos miseráveis e pobres brasileiros são de descendência afro e indígena, esta hierarquização tem motivação racial. Esta compreensão tem como consequência a consideração de que os outros imigrantes do Brasil (italianos, alemães...) não são raças, mas etnias. Por isto, em grande parte, a linguagem racial no Brasil permanece dicotomizada entre brancos e negros. Intelectuais e ativistas políticos, ultimamente, estão questionando com mais intensidade a ideologia do "plurirracismo" brasileiro, instrumento ideológico nas mãos dos racistas para continuarem a sustentar a superioridade da raça branca e o branqueamento da população, inibindo movimentos raciais reivindicatórios.

5. Raça e imigração

O debate racial no Brasil, no momento, praticamente se restringe ao ambiente dos afro-brasileiros. Embora existam estudos raciais em relação a todas as etnias que emigraram para o Brasil. Antes da liberação da imigração de qualquer grupo étnico para o Brasil, examinavam-se as suas características relativas à cor da pele, de sua estrutura familiar, propensão para o trabalho manual, criminalidade, sujeição política, etc.... averiguando a sua capacidade de integração na sociedade brasileira. Tais averiguações raciais derrubam a tese de que na lei brasileira não há discriminação racial.

As leis de 1890, no início do sistema republicano, proibiam a imigração de africanos e asiáticos. Quando se autorizou a imigração de japoneses, se alegou que não eram "asiáticos", e nem foram classificados como "brancos" ou "negros". Já em 1923 estabeleceu-se uma quota de 5% para imigrantes de raça negra e raça amarela. Ainda em 1945 o Brasil se reservava o direito de determinar a composição racial de seus imigrantes, em função de determinadas habilidades que cada raça teria para o trabalho. Por exemplo, árabes e judeus eram mais hábeis para o comércio, outras raças mais para o trabalho agrícola ou industrial.

Em relação aos motivos para a imigração, geralmente, se alegavam "razões econômicas" para autorizar a imigração de determinados grupos, e "razões raciais" para não autorizá-la. Quando se tratou de trazer trabalhadores chineses ao Brasil, houve muita resistência, pois se alegava que os chineses eram preguiçosos, criminosos, tendentes ao suicídio, e de difícil aculturação.

Os imigrantes, muitas vezes, sentiram grandes dificuldades de assumirem a sua nova identidade de brasileiros. O próprio governo nunca fez grande esforço para esta integração. A impossibilidade de um retorno aos países de origem fazia com que, pela terceira ou quarta geração, os descendentes de imigrantes se considerassem definitivamente brasileiros e estivessem aculturados, inclusive lingüisticamente. Ainda temos muitas regiões no

Brasil onde o povo fala predominantemente alemão, italiano, polonês, japonês, ou línguas indígenas. Aliás, hoje há movimentos culturais que incentivam a conservação das línguas e dos costumes de origem de cada grupo étnico, juntamente com a sua aculturação ao modo de ser brasileiro. Talvez a existência desta variedade cultural e étnica, juntamente com a consciência da unicidade na brasilidade, reafirme a idéia de que o Brasil é um país pluri-racial, em que a convivência pacífica de muitas raças exige uma "democracia racial" efetiva. Hoje, embora mais de 50% da população brasileira seja não-branca, as elites brasileiras continuam caracterizando o Brasil como um país de brancos, e acreditando no branqueamento da "metaraça(?)" brasileira. Desta forma, muitos grupos de imigrantes, certamente, se devem perguntar qual será seu lugar nesta democracia racial. Descendentes de japoneses e chineses não são brancos, nem negros, será que continuarão amarelos? Os negros, os mulatos, os cafuzos e os mestiços, em geral, será que deixarão de ser discriminados numa sociedade que quer trabalhadores brancos? E qual será o lugar dos árabes, dos judeus, dos ciganos, dos asiáticos e dos indígenas nesta "democracia racial"?

Diante de tantas questões raciais no Brasil, que analogamente existem em todos os países ibero-americanos, poderíamos continuar a questionar a existência de um Brasil como "paraíso racial", como "democracia racial", onde se pensa que a "plurirracialidade" possa culminar numa única "metaraça" brasileira.

Mas, penso que as considerações feitas, até agora, já nos permitem tirar algumas conclusões. Por isto, concluindo.

Conclusão

Efetivamente, a população brasileira é formada por representantes de todas as "raças" existentes na humanidade (embora se deva advertir que o conceito de "raça", sociologicamente, é um constructo social, tendo em vista que num sentido estrito existe apenas uma raça humana). Os estudos de Gilberto Freyre se preocuparam

predominantemente da questão racial negra, decorrente do sistema de escravidão. Tangencialmente também considerou a miscigenação do europeu com os povos indígenas, a ponto de concluir que a "brasilidade" racial brasileira se sintetizava num homem moreno, em cujas veias correria sangue português, africano e indígena. Por isto, o Brasil não deveria ser definido como um país de brancos, nem de negros, mas como um país miscigenado. É desta miscigenação eclética teria surgido a "metaraça". Uma raça que resumiria, em última análise, todas as raças, todas as cores, todas as etnias e todas as culturas. Uma consequência lógica para uma origem populacional destas seria de que, num país destes, só poderia existir uma forma de organização política efetiva, que seria a "democracia racial", onde todas as raças teriam as mesmas oportunidades legais. Com esta ideologia conciliadora, baseada numa interpretação histórica de convivência predominantemente benigna entre senhores e escravos, Gilberto Freyre contribuiu, certamente, para um encaminhamento político futuro da questão racial no Brasil. Para uma convivência racial pacífica no Brasil não convém incentivar "arianismos", nem "pan-africanismos" raciais. Mas também não se pode alegar a existência efetiva de uma "democracia racial" num país onde existe uma terrível discriminação e exclusão racial-social. A política brasileira, sob a alegação de que na democracia todos os cidadãos são iguais perante a lei, sempre se omitiu em executar projetos orientados para a inclusão das populações provindas da escravidão, e dos grupos indígenas marginalizados pelo processo colonizador. Por isto, hoje, no Brasil, nos encontramos diante duma situação social tragicamente escandalosa. Os miseráveis das favelas, os sem-teto e os sem-terra, os prisioneiros, os analfabetos e os alienados de todas as formas são, em sua maioria, descendentes dos escravos e dos indígenas. Os rostos destas pessoas ainda não refletem nada desta bela "metaraça" morena brasileira. A miséria das populações negras e mestiças das favelas leva à marginalidade, ao crime, à prostituição e ao sexo-turismo, à mortalidade infantil, à subnutrição, a todo tipo de doença e ao

analfabetismo. As prisões brasileiras estão abarrotadas de morenos, numa situação desumana talvez nunca vista na história da humanidade; verdadeiros infernos na terra, com imagens, às vezes, mais terríveis do que as descritas por Dante Alighieri na *Divina Comédia*. Um assinte à humanidade e à civilização. Este é o verdadeiro quadro em que se encontra o alegado "paraíso racial" e a "democracia racial" do Brasil, neste momento da história. O problema racial do Brasil de hoje é, principalmente, um problema social, de miséria e de exclusão de enormes contingentes da população do processo de desenvolvimento global. E aí está um dos grandes problemas brasileiros de hoje. A política neoliberal, ao lado da globalização, intensificou enormemente a injustiça social e a exclusão. A distribuição de renda desigual e injusta piorou, apesar do crescimento econômico do país. Nos últimos 8 anos a população brasileira ficou ainda mais pobre, às custas dum enorme enriquecimento das elites econômicas. E as principais vítimas foram as populações negras e mestiças. Qual deve ser então a reação diante desta situação que o povo brasileiro não merece, nem tem necessidade que exista?

Com uma maior conscientização da sociedade civil, já surgiram iniciativas que pressionam as elites e os políticos para executarem projetos que permitam a inclusão das populações negras, indígenas e mestiças num verdadeiro sistema democrático, onde todos tenham iguais oportunidades com participação. Até o Banco Mundial, em seu Relatório 2000/2001, fala em "empoderamento" (*empowerment*) dos pobres. Projetos sociais, neste sentido, no Brasil, também serão, muitas vezes, projetos raciais. De fato, no Brasil preconceitos raciais estão intimamente ligados ao *status* social das pessoas. Por isto, até o nosso ídolo do futebol *Pelé*, muitas vezes, é considerado branco, por ter tido sucesso econômico. Isto demonstra que as "raças" só coexistirão democraticamente na medida em que econômica, social e culturalmente se aproximarem entre si. Enquanto existirem fossos sociais intransponíveis na população, nem pode existir democracia e, muito menos, "democracia racial".

Referências bibliográficas

- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro : Zahar, 1973.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 29. ed. Rio de Janeiro : Record, 1994.
- . *Sobrados e Mucambos*. 5. ed. Rio de Janeiro : José Olympio, 1968.
- . *Nordeste*. 5. ed. Rio de Janeiro : José Olympio, 1989.
- . *Integração Portuguesa nos Trópicos*. Lisboa : Ministério do Ultramar, 1958.
- SKIDMORE, Thomas E. *Racial Ideas and Social Policy in Brazil, 1870-1940*. Austin : University of Texas Press, 1990.
- TREINER, Gail D. *Race, With or Without Color? Reconciling Brazilian Historiography*. Rutgers University, 1999.
- VAINER, Carlos B. Estado e Raças no Brasil: notas exploratórias. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 18, 1990.